



ESTADO DO CEARÁ
MUNICÍPIO DE CASCAVEL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO



PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 04.08.03/2020

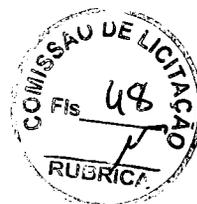
A Comissão Permanente de Licitação da **PREFEITURA MUNICIPAL DE CASCAVEL**, por solicitação da **SRA. MARGARETH TELES DE QUEIROZ, SECRETÁRIA DE SAÚDE** e no uso de suas atribuições legais, vem instaurar o presente processo de Dispensa de Licitação para contratação da proponente **MARIA EDUARDA CARVALHO DE LIMA - ME**, inscrito no CNPJ Nº 26.323.440/0001-73, cujo objeto é **AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA INSTALAÇÃO DO SISTEMA DE MONITORAMENTO E VIGILANCIA-CFTV NA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO – UPA, JUNTO A SECRETARIA DE SAÚDE DO MU-NICIPIO DE CASCAVEL/CE.**

JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

Justificamos a contratação da referida Proponente para **AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA INSTALAÇÃO DO SISTEMA DE MONITORAMENTO E VIGILANCIA-CFTV NA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO – UPA, JUNTO A SECRETARIA DE SAÚDE DO MU-NICIPIO DE CASCAVEL/CE**, através de Dispensa de Licitação, com base no Inciso II, do art. 24 da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993, com as alterações introduzidas pelas Leis 8.883/94 e 9.648/98, bem como a necessidade da devida contratação pelos fatos relatados a seguir.

A Secretaria de Saúde, bem como o Poder Executivo Municipal de Cascavel-CE, dentro de suas atribuições legais, também estabeleceu as ações para o enfrentamento e contenção da pandemia no âmbito local. A situação do Município de Cascavel se agrava pelo fato de ter apenas Hospital e Maternidade Nossa Senhora das Graças (Entidade Filantrópica), **construído** há mais de 40 (quarenta) anos, como único equipamento para o enfrentamento de doenças de todas as naturezas e para atendimento de urgência e emergência, ou seja, sequer comporta o tratamento de um infectado por corona vírus por não possuir leito de isolamento muito mesmo leitos de Unidade de Terapia Intensiva – UTI no qual se necessita para tratamento de pacientes em estado de síndrome respiratória aguda grave causados pelo Covid19. Não obstante, encontra-se na iminência de plena capacidade de funcionamento o prédio da Unidade de Pronto Atendimento-UPA com a seguinte estrutura:

- 01 sala de classificação de risco
- 03 três consultórios médicos
- Estrutura física para atendimento em serviço social.
- 01 Sala de medicação com régua de gases medicinais com capacidade para 08 pessoas
- 01 Sala de medicação infantil com capacidade para 05 crianças



ESTADO DO CEARÁ
MUNICÍPIO DE CASCAVEL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

- 07 leitos de observação adulta com monitor multiparâmetro, sendo 03 leitos com ventilador pulmonar mecânico e 01 já adaptado para isolamento, além de 01 aparelho eletrocardiógrafo.
- 05 leitos de observação infantil, sendo 02 leitos com monitor multiparâmetro.
- 03 leitos em sala de estabilização monitor multiparâmetro, ventilador pulmonar mecânico em todos além de 01 aparelho eletrocardiógrafo.
- 01 Sala com aparelho eletrocardiógrafo.
- 01 Sala de procedimentos e sutura.

A utilização urgente desse equipamento (UPA) ameniza a situação de emergência e o colapso na saúde pública municipal, garantindo-se o atendimento adequado aos pacientes que necessitem de urgência e os que venham a ser comedido da Covid19, ou seja, proporciona mais dignidade às pessoas que necessitam de atendimento de urgência e emergência médica no município, inclusive, no que diz respeito ao enfrentamento contra a propagação do corona vírus, auxiliando, também, para que o sistema de saúde do Município de Cascavel não entre em colapso. A prestação dos serviços da UPA em caráter de urgência, torna-se um feito relevante ao combate da pandemia do corona vírus na municipalidade, bem como os casos de urgências à saúde, desde que haja a contratação urgente, respeitando-se os princípios da transparência, idoneidade e impessoalidade. Sendo o interesse da Administração Pública Municipal a utilização da UPA como equipamento de enfrentamento e combate ao novo corona vírus, bem como as arboviroses típicas do período no qual estamos passando e os casos de emergência, verifica-se que se trata de ato que visa proporcionar a população do Município de Cascavel o atendimento mínimo a saúde, bem como evitar um colapso no já precário sistema de saúde municipal. Destarte, diante da atual situação de pandemia que assola todo o Brasil, entendemos que o funcionamento imediato da Unidade de Pronto Atendimento-UPA servirá de equipamento relevante ao enfrentamento do corona vírus e dos casos de urgência, desde respeitados os princípios da Administração Pública e as exigências legais, em especial a limitação da contratação ao atendimento da situação de emergência.

Sendo assim, a solicitação de tal contratação ora pretendida impactará em maior eficiência nas metas a serem cumpridas e projetadas para o exercício em curso.

DO FUNDAMENTO JURÍDICO:

Como é sabido, a Licitação para contratação de obras, serviços, compras e alienações é uma exigência constitucional, para toda Administração Pública, conforme ditames do artigo 37, XXI da CF/88, e da Lei Federal nº 8.666/93, ressalvados os casos em que a administração **pode ou deve deixar de realizar licitação**, tornando-a dispensada, dispensável e inexigível.

DA SITUAÇÃO EMERGENCIAL –

O ARTIGO 24, IV DA LEI FEDERAL N.º 8.666/93, Lei 13.979 de 06/02/2020, alterada pela MP 926 de 20/03/2020, DECRETO ESTADUAL N.º 33.510 de 16/03/2020 e DECRETO MUNICIPAL N.º 009 de 17/03/2020, o caso em questão se enquadra perfeitamente no dispositivo em que a lei classifica como licitação dispensável, pois a urgência na prestação dos prefalados serviços afigura-se patente, haja vista a necessidade premente de



ESTADO DO CEARÁ
MUNICÍPIO DE CASCAVEL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

continuidade das atividades inerentes a esta Secretaria, os quais se encontram seriamente comprometidos com o advento da pandemia mundial, bem como da tentativa de realização dos processos licitatórios.

RAZÃO DA ESCOLHA DA CONTRATADA E JUSTIFICATIVA DO PREÇO:

A escolha recaiu em favor de **MARIA EDUARDA CARVALHO DE LIMA - ME**, inscrito no CNPJ N° 26.323.440/0001-73, que trata-se de pessoa jurídica que presta o serviço em questão e encontram-se legalmente representada e apresenta preços compatíveis com os praticados no mercado, conforme orçamento de preços do município, acostadas aos autos e possui todas as condições de habilitação necessárias, devidamente qualificada junto ao município.

A responsabilidade e o eficiente emprego dos recursos do TESOIRO MUNICIPAL e deve ser meta permanente de qualquer administração.

Como se sabe, tendo em vista que o objetivo dos procedimentos licitatórios é selecionar a proposta mais vantajosa à administração, e considerando o caráter excepcional das ressalvas de licitação, um dos requisitos indispensáveis à formalização desses processos é a justificativa do preço, a teor do inciso III do parágrafo único do artigo 26 da Lei de Licitações.

Assim, vale ressaltar que o preço a ser pago encontra-se em conformidade com a média do mercado específico, obtida através de ORÇAMENTO BÁSICO DE PREÇOS, procedido através de pesquisa de preços, segundo demonstrativo em anexo, sendo este o de menor valor proposto.

Considerando esse aspecto, a proposta selecionada foi a de menor preço apresentada, para custeio dos serviços, consoante perfil da unidade de saúde. O valor global contratado será de **R\$ 28.471,50 (Vinte e Oito Mil, Quatrocentos e Setenta e Um Reais e Cinquenta Centavos)**, em virtude de apresentação de menor preço para execução contratual, constado por meio de pesquisa de preços no mercado local/regional.

CASCAVEL – CE, 08 de Abril de 2020.

Nilcirle Meo de Oliveira
NILCIRLENE MELO DE OLIVEIRA
PRESIDENTE DA COL